

Azulejos, automóveis e genéricos: reestruturação produtiva do município de Anápolis/GO (1960-2020).

Autor: César Freitas Barros¹

Filiação institucional: Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: cesar.freitas.barros@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os elementos da reestruturação produtiva no município de Anápolis entre as décadas de 1960 e 2020, com foco maior nas décadas de 1990 e 2000, quando houveram as maiores mudanças na produção e nas relações de trabalho. Além disso, resgatamos o conceito de reestruturação produtiva na Geografia e a discussão em torno das normas e dos objetos técnicos no uso do território. Além das discussões teóricas, elaboramos tabelas com a evolução histórica do número de estabelecimentos e vínculos de trabalho no município. Chegamos à conclusão de que Anápolis passou por uma reestruturação produtiva inserida no contexto de reestruturação global do final do século XX e início do século XXI, especializando-se na produção de químicos e medicamentos, e convivendo com setores novos e tradicionais ainda ativos na indústria Anapolina.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; Anápolis/GO; Objetos e normas técnicas.

GT – “14”: “Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos”

1. INTRODUÇÃO

O município de Anápolis, de cerca de 396.526 mil habitantes (IBGE, 2021) e localizado na região central do estado de Goiás, possui uma posição geográfica peculiar, entre as duas maiores cidades da região Centro-Oeste. Está a 59 quilômetros da capital do estado, Goiânia, e 153 quilômetros de Brasília, capital federal.

Chamada pela população local e também conhecida no estado como a “Manchester Goiana”, devido à sua “vocação industrial”, a cidade possui o maior parque industrial de Goiás fora da Região Metropolitana de Goiânia, simbolizado pelo Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), maior do estado em área e número de empresas. Estão instalados hoje em Anápolis

¹ Bacharel e Licenciado pela Unicamp, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), sob orienta o da Profa. Dra. María M nica Arroyo.

cerca de 965 estabelecimentos industriais e 30.145 trabalhadores diretamente ligados à produção na indústria (RAIS, 2022). Os setores que dominam estes números, no entanto, não são exatamente os mesmos de períodos anteriores.

O nosso objetivo neste trabalho é justamente analisar como se deu a industrialização no município de Anápolis a partir da década de 1960 até os dias de hoje, levando em consideração os primeiros setores produtivos a se desenvolverem no local, o surgimento e queda de setores ao longo do tempo, bem como a quantidade de funcionários por setor de produção nos diferentes períodos analisados. Acredita-se que aconteceu no município um processo de reestruturação produtiva, especialmente a partir da década de 1990, com o desenvolvimento de setores da indústria de baixa importância em momentos anteriores.

No primeiro tópico, fazemos uma discussão sobre o conceito de reestruturação, conforme trabalhado por Lencioni (1999), e sobre a reestruturação produtiva na Geografia, conforme discutido por Gomes (2007, 2011). A última autora desenvolve seu trabalho sobre a reestruturação produtiva de cidades médias da região oeste do estado de São Paulo, e fornece muitas discussões e metodologias que inspiraram este artigo.

No segundo tópico do texto é feito o resgate histórico do processo de desenvolvimento da indústria no município de Anápolis, utilizando como critério de análise dois indicadores principais: o número de estabelecimentos industriais e a quantidade de funcionários empregados diretamente na produção, além de informações específicas do processo retiradas de outros trabalhos, como livros, artigos, dissertações e teses. As informações quantitativas utilizadas foram retiradas de diferentes fontes, a saber: Censo demográfico de 1950; Censos industriais de 1960, 1970 e 1980; e a plataforma online da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que permite a visualização de dados agregados a partir de 1985 até o ano corrente. As informações recolhidas permitiram a confecção de duas tabelas, em torno das quais construímos nossa discussão e o argumento sobre o processo de reestruturação produtiva no município.

No terceiro tópico, apresentamos alguns dos objetos técnicos e leis que foram instalados no território goiano e anapolino ao longo do processo descrito, aumentando assim a fluidez e porosidade territorial (ARROYO, 2015). Considerados aqui de maneira dialética, estes objetos, exemplificados por rodovias, ferrovias, um porto seco e uma plataforma logística, entre outros, são importantes na atração de capital industrial a Anápolis, na medida em que imprimem maior

velocidade à circulação de mercadorias e informações. Entre as leis apresentadas, destacam-se os programas estaduais de incentivos fiscais, constantemente renovados para abranger diferentes setores e novas realidades político-institucionais as quais enfrentam, e que junto às infraestruturas logísticas inserem Anápolis no que Santos (1985) chama de guerra dos lugares.

Por fim, analisamos ainda a lei nacional de medicamentos genéricos, que regulamentou a produção deste tipo de medicamentos no Brasil, e marcando uma nova fase na produção industrial de Anápolis com a instalação de grandes plantas produtoras de medicamentos genéricos na década de 2000.

2. O CONCEITO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Com o objetivo de analisarmos o contexto em que se deu o processo de industrialização no município de Anápolis, julgamos importante discutir o conceito de reestruturação produtiva, especialmente em autores da Geografia.

Em um pequeno e objetivo texto, Lencioni (1998) discorre a respeito da noção de reestruturação, começando sua exposição pela crítica ao método estruturalista, cuja concepção estaria baseada na ideia de um conjunto de elementos formando um todo estruturado pela soma das partes. Tida como conjunto e consequência, a totalidade não poderia ser entendida de maneira diferente das partes, portanto, não há dialética.

O significado de totalidade assumido pela autora é o de “totalidade aberta e em movimento, uma totalidade infinita de totalidades parciais, igualmente abertas que se relacionam entre si” (LENCIONI, 1998, p. 2). Além disso, a estrutura não assume o papel principal, como no estruturalismo. Ao invés disso, a estrutura teria a mesma relevância que a forma, função e conteúdo na análise de uma reestruturação socioespacial. Aqui, preferimos utilizar como conceitos associados à estrutura, a função, a forma e o processo, visto que este implica a ideia de tempo e de mudança (SANTOS, 1985). De qualquer forma, a concepção de realidade entendida por Lencioni (1998) é a de um momento histórico que contém várias temporalidades, e que está em constante transformação, dotado de dinamismo, ainda que com contradições, tensões e descompassos.

Outra importante discussão realizada pela autora diz respeito à relação entre as estruturas. Deve-se compreendê-las não como sendo estáveis e fixas, até um momento de ruptura, quando outra estrutura se torna dominante:

As estruturas nem são fixas e nem estáveis. Elas têm um equilíbrio provisório, e quando esse equilíbrio intermitente é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que também busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento. (LENCIONI, 1998, p. 4).

A noção de reestruturação, portanto, entendida como um processo em movimento constante e instável, assume o convívio de diferentes temporalidades em um mesmo lugar, com permanências e “novidades” em constante contato, tensões e ressignificações. Esta concepção dialoga muito com a noção de rugosidades discutida por Santos (1996, p. 140):

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

De acordo com o autor, estes “restos” de divisões do trabalho passadas determinam uma “divisão do trabalho morto”, visto que o meio ambiente construído influencia a divisão do trabalho vivo. Tornam-se então condição para outras etapas e usos econômicos, sociais e políticos. Mesmo sendo formas cristalizadas no espaço, testemunhas de outros períodos, se tornam condição para novas ações, atestando o caráter dialético do espaço. A análise da reestruturação produtiva de um determinado setor ou município não pode, portanto, desconsiderar as divisões do trabalho anteriores presentes no lugar, pois elas deixam permanências, oportunidades e limitações para novos agentes.

Outra autora a discutir o conceito de reestruturação é Gomes (2007), que analisa em sua tese o processo de reestruturação produtiva em 5 cidades do oeste do estado de São Paulo: Presidente Prudente, Marília, Birigui, Araçatuba e São José do Rio Preto. Consideradas pela autora as cinco mais importantes cidades dessa parte do estado, são cidades médias que tiveram seu processo de industrialização em um período posterior à década de 1970, não dependentes do processo de desconcentração industrial ocorrido na capital São Paulo nesse período. No entanto, não se pode analisar a reestruturação na produção de um recorte determinado sem considerar o contexto nacional e global do desenvolvimento do sistema capitalista, identificando as influências impostas nos lugares.

De acordo com Gomes (2011), o processo de reestruturação produtiva no Brasil tem início na década de 1970, com o fim do modelo de substituição de importações e a inspiração

em práticas japonesas de controle de qualidade e produção, se intensificando na década de 1990, com a abertura econômica e produção de “novos espaços industriais”.

Segundo a autora, portanto, a reestruturação produtiva é expressa por uma mistura entre o velho e o novo, entre modelos fordistas e flexíveis de produção, em um processo que só acontece quando as estruturas antigas se tornam empecilhos à acumulação de capital. Esta mistura entre o “velho” e o “novo”, desta forma, representa resíduos de outros períodos, que coexistem com novos processos e objetos. O tempo e o espaço possuem importância central na análise das diferentes temporalidades e das rugosidades. A combinação entre o velho e o novo ocorrem tanto no ambiente externo, como internamente nas empresas, e cada uma delas possui uma temporalidade diferente, relativa à capacidade de inovação, ao capital e à velocidade que consegue imprimir aos fluxos de mercadorias e informações (GOMES, 2011).

A autora destaca a existência de três períodos de modernização tecnológica no Brasil, inseridos na dinâmica de reestruturação produtiva: Final dos anos 70 e início dos anos 80; entre 1985 e o final dos anos 80; e nos anos 90. No decorrer destes três períodos, diversas técnicas e modelos organizacionais inspiradas nas empresas japonesas e no modelo flexível de produção foram paulatinamente implantadas no Brasil, com destaque para o uso de computadores em todas as etapas produtivas, controle de estoque e formas de organização do trabalho. Estas inovações, que se intensificam na década de 1990, contribuía para inserir o país no mercado moderno globalizado. Em contrapartida, há no interior do território uma desconcentração industrial promovida por grandes empresas e grupos para escapar dos custos crescentes e complicadores das grandes cidades, buscando outros estados e cidades, especialmente nas regiões metropolitanas (GOMES, 2011).

Retornando ao estudo de caso realizado em seu doutorado, Gomes (2007) identifica “quatro momentos comuns a todas as cidades médias” do oeste paulista no que diz respeito aos seus processos de industrialização. A primeira fase, entre as décadas de 1920 e 1930, é caracterizada pelo surgimento de fábricas de baixo patamar tecnológico e produção de bens de consumo não duráveis, todas de capital local. A segunda fase começa em meados da década de 1930, indo até o final da década de 1950. Neste período, há a instalação de grandes empresas industriais de capital externo e nacional, de beneficiamento de produtos agrícolas, convivendo com pequenas fábricas de capital local de bens não-duráveis. Durante as décadas de 1960, até meados dos anos 80, é identificada a terceira fase, com capitalização no campo, redução de

áreas de lavouras e fechamento de algumas empresas industriais; expansão da pecuária, com frigoríficos e laticínios; e aquisição de empresas locais por capital de fora.

Segundo a autora, a partir da terceira fase que delimita, entre a década de 1960 e meados dos 80, a industrialização do oeste paulista se dá acompanhada de profundas alterações na agricultura regional, fazendo com que as cidades passem a apresentar especificidades, deixando de ter características comuns. Tem-se, portanto, a quarta fase, que se intensifica a partir da década de 1990, quando se tem

uma reorganização das empresas, com aquisições, fusões, e compra de empresas e o surgimento de empresas de novos ramos não ligadas diretamente às transformações de produtos agrícolas, bem como transformações industriais no âmbito do processo produtivo e do trabalho. Esse momento trata-se da reestruturação produtiva. (GOMES, 2007, p. 251).

De acordo com Gomes (2007), o acirramento da competição internacional, especialmente a partir da década de 1990, pressionou as empresas a buscarem maior produtividade e qualidade na produção, buscando inovações de processos, métodos e técnicas de produção, bem como na gestão e organização do trabalho. A maior produtividade do trabalhador, por sua vez, acarreta na redução do emprego industrial e na precarização do trabalho. Destaca-se, aqui, a importância de informações sobre a força de trabalho empregada no diagnóstico de uma determinada situação.

De maneira geral, quanto maior o porte de uma empresa, maior a tendência em aplicar técnicas e métodos em busca de uma maior eficiência e qualidade na produção, algo ainda mais presente naquelas que exportam seus produtos. Em um cenário de concorrência entre empresas locais e regionais, isto implica no fechamento e incorporação de estabelecimentos que não conseguiram se adequar, geralmente de menor porte.

Boa parte das conclusões a que chegou Gomes (2007) também podem ser verificadas em Anápolis. Em que pese ser de outro estado e ser analisada de maneira isolada, em comparação à análise conjunta feita pela autora, o município goiano apresenta diversas características em comum com as cidades paulistas. É considerada uma cidade média; teve no capital local uma importante base de sustentação para o desenvolvimento industrial, pautado inicialmente no processamento da produção agropecuária; passou por grandes mudanças no seu perfil de produção e emprego, especialmente a partir da década de 1990, recebendo também normas e objetos técnicos do Estado com o objetivo de atrair estes novos capitais. Classificamos

este processo como uma reestruturação produtiva, e buscamos mostrar alguns dos dados que embasaram esta definição no tópico a seguir.

3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM ANÁPOLIS

De acordo com o Recenseamento Geral de 1950, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1956), o estado de Goiás possuía no ano de 1940 um total de 370 estabelecimentos industriais e 1.487 operários ocupados, estes considerados como aqueles funcionários diretamente empregados na produção. A população estadual nesse ano era de 826 mil habitantes, frente a 1,26 milhão na região Centro-Oeste e 41,2 milhões de pessoas no Brasil. Entre os setores, destacavam-se os estabelecimentos de produtos alimentícios, serviços industriais de utilidade pública, transformação de minerais não metálicos, madeira, couros e vestuário.

Já em 1950 são contabilizados no estado 674 estabelecimentos industriais, com 3.282 operários. Destes, 2.250 trabalhavam nas 607 indústrias da transformação. Os setores principais se mantinham os mesmos observados dez anos antes. A população goiana em 1950 era de 1,2 milhão de habitantes, comparados a 1,7 milhão no Centro-Oeste e 51,9 milhões no conjunto do país (IBGE, 1956).

De acordo com a metodologia apresentada no recenseamento,

“As indústrias foram classificadas segundo o produto ou grupo de produtos afins que contribuíram com a maior parcela para o valor da produção [...] As indústrias estão distribuídas em quatro classes – Indústrias Extrativas, Indústrias da Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública – divididas em 22 gêneros, que se subdividem em 132 grupos, os quais são discriminados em 404 subgrupos”. (IBGE, 1956, pág. XXIV).

O censo de 1950 apresenta também dados para os municípios, apenas para o número total de unidades produtivas. Já nesse período, a capital Goiânia (fundada em 1933) possuía a maior quantidade de indústrias, com 114 estabelecimentos e 522 operários. Anápolis, com 64 estabelecimentos e 337 operários, ocupava o segundo lugar no estado, com certa margem para outras cidades, como Pires do Rio, com 31 estabelecimentos e 195 operários.

No levantamento censitário de 1960, são contados 1.623 estabelecimentos, sendo que destes, 1.596 eram da Indústria da Transformação, com 6.345 operários. Ainda não havia no estado nenhuma empresa com mais de 249 funcionários, apenas três com mais de 100, e seis entre 50 e 99 funcionários. Em termos gerais, Goiânia (150 estabelecimentos e 803 operários) e Anápolis (128 estabelecimentos e 595 operários) se mantiveram com o maior número de

empresas e de empregados. Outros municípios apresentaram um relativo crescimento, como Jataí, Catalão, Rio Verde e Itumbiara, cidades que se tornaram importantes centros regionais nas décadas seguintes, com uma contagem de 40 a 80 estabelecimentos industriais cada (IBGE, 1962).

No mesmo levantamento, pela primeira vez há uma discriminação do número de estabelecimentos por setores industriais na escala do município, apesar de não haver esta mesma informação para o número de funcionários, dado que apareceria apenas no Censo Industrial de 1970. A separação por setores na escala municipal dos levantamentos estatísticos realizados pelo IBGE entre 1960 e 1980 permitiu que os comparássemos aos números levantados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que disponibiliza em sua base de dados consultas a partir do ano de 1985 até o ano corrente. Mesmo com a ressalva de utilizar duas fontes diferentes, isto possibilitou reconstruir a série histórica da produção e vínculos industriais no município de Anápolis entre os anos de 1960 e 2020, conforme apresentado nas tabelas 1 e 2.

Atualmente, o IBGE classifica as atividades produtivas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), já utilizada na década de 1980 mas oficializada pela primeira vez em 1994, seguida da CNAE 1.0 em 2002, e pela CNAE 2.0 em 2007, com níveis, seções, divisões, grupos, classes e subclasses de atividades (IBGE, 2007).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as diferentes mudanças aplicadas na classificação de atividades econômicas ao longo do tempo fez com que o ministério divulgasse os dados também de acordo com as divisões de CNAEs anteriores (existem as duas opções na plataforma). No entanto, os dados só podem ser comparados com confiabilidade se restritos aos 26 subsetores da economia definidos pelo IBGE em 1980 (IBGE, 2022). Como nosso trabalho busca comparar diferentes períodos da série histórica, decidimos coletar os dados convertidos para a classificação do IBGE de 1980, assim como os de 1985 coletados pela RAIS, buscando um intervalo de tempo menor devido à transição de fontes. Dentre os 22 gêneros industriais estabelecidos pelos Censos Industriais e os 26 subsetores definidos pelo IBGE, selecionamos apenas aqueles relacionados à indústria da transformação, objeto de análise deste artigo. Algumas categorias observadas nos censos industriais são concentradas pela CNAE, e por isso foram somados na tabela, nos anos de 1960 a 1980. É o caso dos setores de Madeira, que se juntou ao Mobiliário; Papel e Papelão, que foram unificados à Editorial e

Gráfica; Couros e Peles se juntaram à Borracha e Fumo; e o setor de Alimentícios se juntou ao de Bebidas.

A tabela 1 apresenta a quantidade de estabelecimentos por setor industrial no município em oito momentos, ao longo de sessenta anos. No ano de 1960, com uma produção ainda bastante incipiente, destacam-se os setores de produtos alimentícios e bebidas, madeira e mobiliário e produtos minerais não metálicos, quadro que se mantém relativamente o mesmo em 1970, também com o crescimento de alguns outros setores, como o de calçados, borracha e couros, mecânica e materiais de transporte.

Tabela 1 - Quantidade de estabelecimentos por setor industrial - Anápolis

Setores IBGE - Indústria da Transformação	1960	1970	1980	1985	1990	2000	2010	2020
Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etilico	56	112	164	84	105	151	177	222
Madeira e do Mobiliário	19	39	47	30	42	48	73	71
Produtos Minerais não Metálicos	14	44	66	37	49	74	76	76
Metalúrgica	8	8	39	19	28	47	77	109
Calçados	8	16	25	15	11	10	12	6
Material de Transporte	7	12	15	7	14	20	30	23
Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	6	7	14	16	22	29	57	55
Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Diversas	6	14	24	16	21	34	53	67
Mecânica	1	12	5	3	6	8	37	86
Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	1	2	5	19	56	87	141	121
Material Elétrico e de Comunicações	0	8	6	4	7	8	16	19
Química de Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	0	2	9	15	24	69	103	110
Total	126	276	419	265	385	585	852	965

Fonte: IBGE (1956; 1962; 1974; 1984); RAIS/MTE (2022). Elaboração do autor.

A década de 1970 é decisiva na história industrial do município de Anápolis. Em meio à política de industrialização da Ditadura Militar através de distritos industriais, o governo estadual inaugura em 1976 o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), área com diversos benefícios para as empresas que ali se instalaram nos períodos seguintes. O processo de ocupação do distrito foi demorado, mas as primeiras indústrias a se instalarem sinalizam a principal estrutura produtiva que se formava. Em levantamento feito em sua dissertação de mestrado, Santos (1999) aponta que haviam 13 indústrias instaladas ou em fase de construção no DAIA 1980: cinco de minerais não metálicos (telhas de amianto, azulejos, tijolos e gemas); duas de móveis de madeira; duas de alimentícios (doces e bolos); duas de químicos (fertilizantes); uma metalúrgica e uma de iluminação.

A industrialização do município não se resume ao DAIA, mas o distrito dá uma noção da tendência e também do ramo de produção das grandes empresas, visto que o objetivo da política é atrair capitais de grande porte de fora do estado. Entre 1980 e 1985, em que há mudança entre as fontes e, portanto, de metodologia, todos os setores apresentam queda no número de estabelecimentos, com exceção dos setores de papel e gráfica, têxtil e química. Ainda assim, a metodologia de coleta da RAIS atesta os principais ramos do município: alimentos, minerais não metálicos e madeira e móveis. Este quadro se mantém mais ou menos o mesmo em 1990, com exceção do expressivo crescimento do setor têxtil.

A partir da década de 1990, no entanto, podemos ver algumas mudanças de padrões. No ano de 2000, é possível assinalar o crescimento de setores já estabelecidos, como o dos minerais não metálicos, têxtil e alimentos. No entanto, nota-se um crescimento expressivo de novos setores, em especial o de química, com 69 estabelecimentos. Segundo Santos (1999), haviam 64 empresas em funcionamento no DAIA em 1998, sendo 6 delas farmacêuticas (Neoquímica, Vitapan, Teuto, Greenpharma, Champion e Kinder), além de 17 indústrias desativadas e quatro em construção.

A tendência apresentada nesta década é confirmada em 2010, quando apenas três setores apresentam mais de 100 estabelecimentos: alimentícios e bebidas; têxtil e química. Entre os setores que mais cresceram neste período destacam-se o de metalúrgica e mecânica, com 77 e 37 firmas, respectivamente. Em 2007, é instalada a fábrica do Grupo Caoa em Anápolis, montadora de veículos das marcas Hyundai e Cherry. Considerada uma “empresa motriz”, a produção de veículos estimula o surgimento de indústrias auxiliares a este tipo de produção.

Por fim, podemos observar os setores citados nos períodos mais recentes como dominantes em 2022, quando destaca-se a produção de alimentos e bebidas; têxteis, química e metalúrgica, todos com mais de 100 estabelecimentos, seguido do setor de mecânica. Observa-se portanto o convívio entre ramos industriais de diferente capacidade de agregar valor à produção.

Apesar de nos dar um quadro geral da produção no município, a análise da quantidade de estabelecimentos sozinha não é capaz de fornecer uma informação totalmente confiável do processo que pretendemos demonstrar, seja por considerar empresas de diferentes tamanhos como uma unidade apenas, ocultando o impacto de grandes plantas no processo de industrialização do município, ou por não demonstrar a variação na mão-de-obra ocupada, um

dos aspectos fundamentais da reestruturação na produção de um dado município, conforme indica Gomes (2007). Na tabela 2 podemos observar os dados relativos a vínculos empregatícios por setor da indústria da transformação no município de Anápolis, considerando apenas os funcionários empregados diretamente na produção, classificados como “operários” nos censos industriais do IBGE.

As informações relativas ao pessoal ocupado são mais claras em demonstrar quais setores cresceram, reduziram ou se mantiveram relevantes no contexto anapolino. Entre os setores mais tradicionais, talvez aquele que mais expresse a mudança no perfil de produção da cidade é o de produtos minerais não metálicos. Com um forte crescimento na década de 1970, a quantidade de funcionários começa a cair significativamente já na década de 1980, chegando a 2020 com 755 funcionários ligados à produção. Algo semelhante ocorreu no setor têxtil, que se expandiu até a década de 1990, para depois apresentar um forte declínio. A produção de calçados, que chegou a ser o terceiro em força de trabalho em 1970, aparece em 2020 com a menor quantidade de vínculos entre os setores analisados. Demonstrando relativa estabilidade entre as diferentes décadas, conferimos a indústria de material elétrico e comunicações, mesmo com uma queda momentânea em 2010.

Tabela 2 - Quantidade de vínculos empregatícios por setor industrial - Anápolis

Setores IBGE - Indústria da Transformação	1970	1980	1985	1990	2000	2010	2020
Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	1076	2082	2501	2254	1947	4467	5636
Produtos Minerais não Metálicos	150	1919	2313	1719	1181	1431	755
Calçados	138	132	93	42	25	43	28
Madeira e do Mobiliário	88	264	291	256	500	917	726
Mecânica	52	25	58	122	372	688	519
Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Diversas	48	86	117	171	282	451	472
Material de Transporte	42	264	161	236	205	1954	1768
Material Elétrico e de Comunicações	42	367	248	208	164	77	303
Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	38	78	135	396	365	1093	1786
Metalúrgica	30	181	177	436	557	1456	1940
Química de Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	0	58	192	442	4204	7773	14889
Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	0	996	1507	2350	1182	1938	1323
Total	1704	6452	7793	8632	10984	22288	30145

Fonte: IBGE (1956; 1962; 1974; 1984); RAIS/MTE (2022). Elaboração do autor.

Ao mesmo tempo que alguns setores perderam participação, outros cresceram. Entre os setores tradicionais, a produção de alimentos e bebidas emprega hoje a segunda maior força de trabalho no município, com mais de 5.600 funcionários, apresentando um crescimento estável ao longo das últimas seis décadas, o mesmo acontecendo com a produção de madeira e

mobiliário. A produção de borracha, couros e fumos, por sua vez, cresceu bastante, sem momentos de redução.

Entre os setores mais recentes do município estão aqueles que consideramos parte central do processo de reestruturação produtiva. O mais emblemático deles talvez seja o de química de farmacêuticos, veterinária e perfumaria, que não possuía nenhum empregado em 1970, e se tornou já em 2000 o setor com o maior número de funcionários da cidade, posto que mantém até hoje, registrando 14.889 funcionários em 2020, quase o triplo do setor de alimentos e bebidas. A Neoquímica é o primeiro grande laboratório farmacêutico a se instalar em Anápolis, em 1989. Em 2017, existiam um total de 48 empresas ligadas diretamente à produção e distribuição de fármacos no município (RIBEIRO, 2018).

Como já citado anteriormente, um setor considerado “motriz” para a industrialização do município é o de material de transporte (produção de veículos), e os dados da RAIS mostram um crescimento vertiginoso entre 2000 e 2010. Data de 2007 a instalação da unidade de produção da Caoa Montadora de Veículos, que produz carros da marca *Hyundai* e *Cherry*, e o número de empregos no setor de material de transportes salta de 205 para 1.954 em dez anos. Além disso, há o incentivo a outros tipos de indústria, como o de metalurgia, mecânica e borracha, todos com crescimento em 2010. De maneira geral, o município dobra a quantidade de empregos na indústria durante a década de 2000, algo que só havia acontecido na década de 1970.

Finalizando esta exposição, é possível também comparar os números das duas tabelas, chegando ao número médio de funcionários por estabelecimento, ao se dividir os valores tabela 2 pela tabela 1. Feito este cálculo, chegamos a números bastante diversos por setor. O setor de química possui, em 2020, uma média de 135,4 funcionários por estabelecimento, seguido de longe pelo setor de material de transporte, com 76,9 funcionários por estabelecimento, e do setor de papel, papelão e gráfica, com 32,5 funcionários por empresa. Estes são os únicos setores com uma média maior do que a média geral do município, de 31,2 funcionários por empresa. A produção de alimentos e bebidas aparece em seguida, com 25,4 funcionários por firma.

Além do crescimento geral do número de estabelecimentos, bem como do número de funcionários em alguns setores industriais de Anápolis nos últimos trinta anos, o que se observa também é uma mudança no porte médio das empresas destes novos ramos industriais,

explicitando uma mudança na estrutura da produção e do espaço, conforme indica Gomes (2007). Setores como o de fármacos, veículos e celulose, além de exigirem um grau tecnológico maior e agregarem maior valor à produção, possuem também em Anápolis a característica de produção em larga escala, não existente antes da instalação destas indústrias. De acordo com Braga (2013), a montadora, junto como os laboratórios Neoquímica e Teuto, estão as maiores empregadoras do município, com mais de 2.000 funcionários cada (não apenas ligados diretamente à produção).

Observamos, portanto, a coexistência de formas e processos novos e antigos no território anapolino, ligados a diferentes períodos ou fases da economia do município. O aparecimento de novos setores mais dinâmicos e com maior agregação de valor, e que indicam um processo de reestruturação, não implicam no desaparecimento dos outros setores. Face à maior competição e maior capacidade de geração de valor, muitas indústrias acabam não resistindo e fecham as portas, o que pode ser observado também nas informações estatísticas das tabelas. Ainda assim, é possível ver a permanência de setores tradicionais, até mesmo com aumento no número total de funcionários. A existência efetiva de uma reestruturação interna no processo produtivo destas empresas, no entanto, exige uma investigação mais aprofundada.

4. OBJETOS E NORMAS TÉCNICAS EM ANÁPOLIS

As tabelas apresentadas mostram as principais mudanças ocorridas na indústria do município de Anápolis, no que diz respeito à quantidade de estabelecimentos industriais e funcionários ligados diretamente à produção nos setores da indústria da transformação. Neste sentido, apresentam alguns dos principais elementos referentes à apropriação do território anapolino pelo capital privado, especialmente o capital transnacional, a partir da década de 1990.

Santos (1985) disserta a respeito dos avanços técnicos e científicos do século XX, como eles influenciaram ou mudaram a forma como o planeta é apropriado, em um processo de mundialização e posterior globalização, em que há a tendência à universalização de todo tipo de processo e de pensamento, na medida em que o capitalismo avança com sua racionalidade voltada para a produção de valor como único objetivo final e universal. O avanço técnico-científico aplicado aos transportes e comunicações é fundamental neste processo de

universalização. De forma dialética, são os estados-nações as barreiras ao avanço dessas formas de pensar e agir, ao definir limites, fronteiras, normas assentadas no povo e no território.

Neste sentido, a técnica surge como universal concreto independente do meio, a partir da sua mundialização, e é ela, homogênea, o instrumento da solidariedade entre momentos e lugares, e tem sua aplicação garantida pelos organismos supranacionais. Sua homogeneidade no entanto, desconsidera sistemas locais de recursos naturais e humanos, diferentes realidades sociais e econômicas diferentes, criando então distorções e desigualdades nos lugares. Estes por sua vez, se tornam cada vez mais especializados, específicos, únicos (SANTOS, 1985).

A partir do momento em que todos os lugares são atingidos pelo processo produtivo, criam-se seletividades e hierarquias de utilização, com concorrência entre agentes. As especializações no uso do território fazem com que cada lugar tenha uma nova função e valor. Em meio a este cenário, dois elementos são centrais na hierarquia e especialização dos lugares e no uso do território: os objetos e normas técnicas.

Segundo Santos (1996), vivemos hoje cercados de objetos científico-técnicos e informacionais, criados com deliberada intenção mercantil subordinada a uma mais-valia mundial. Quanto mais avançados cientificamente, mais especializados são os seus usos, alienando a produção e os agentes, criando rigidez nas ações. A competitividade do modelo de produção capitalista, uma doutrina e uma prática universal, induz a um uso acelerado dos objetos, bem como a demanda por novas tecnologias que imprimam maior lucratividade.

Ao longo do século XX e do início do século XXI, o território anapolino foi paulatinamente ocupado por objetos técnicos que aumentaram a fluidez de bens e mercadorias, bem como sua confiabilidade. Segundo Polonial (2011), a primeira grande infraestrutura instalada no município foi a Estrada de Ferro Goiás, cuja estação terminal foi inaugurada em em 1936. Já com o objetivo de possibilitar e acelerar o transporte de grãos para exportação, a ferrovia teve importante papel no surgimento das primeiras indústrias da cidade, ligadas à produção no campo. Com o crescimento do modal rodoviário a partir da década de 1950, teve seu uso bastante reduzido.

Entre as décadas de 1950 e meados da década de 1970 (abarcando portanto os períodos analisados no tópico anterior), diversas estradas, especialmente de jurisdição federal, são asfaltadas. Segundo Barros e Silva (2020), neste período foram pavimentadas as rodovias BR-153, BR-414 e BR-080 (atual BR-060). Nos anos seguintes, surgiriam outras estradas, e um

processo intenso de duplicação de vias na década de 2000. De acordo com o Anuário Estatístico da Confederação Nacional do Transporte (ANTT, 2020), o estado de Goiás possuía 12.786 quilômetros de rodovias pavimentadas em 2017, sendo que destes, 1.149 quilômetros estavam duplicados, cerca de 10% da malha rodoviária em pista dupla no Brasil. Duas destas rodovias, a BR-153 e a BR-060, passam por Anápolis, ligando-a a Goiânia, Brasília e à Região Sudeste.

Destacam-se ainda dois objetos de alta complexidade técnica e normativa instalados nos últimos vinte anos. É o caso do Porto Seco Centro-Oeste (EADI), inaugurado em 2001, e da Plataforma Logística Multimodal de Goiás (PLMG), ainda em construção. Estas duas infraestruturas realizam operações aduaneiras e integração intermodal entre o transporte rodoviário, ferroviário e, futuramente, aeroviário (BRAGA, 2013).

Observa-se, portanto, a constante renovação da infraestrutura de transportes durante o recorte analisado no estado de Goiás e, mais pontualmente, no município de Anápolis, acompanhando alguns dos períodos de maior industrialização, como a pavimentação das estradas na década de 1970, e a duplicação de rodovias aliada aos equipamentos logísticos da década de 2000, atraindo firmas de outros estados e transnacionais. Segundo Santos (1996), estes sistemas técnicos são fundamentais aos usos realizados no período atual. Contudo, segundo o autor, a instalação dos objetos, bem como sua regulação, integração e funcionamento geral dependem de uma organização eficaz para que funcionem da maneira mais eficiente para a produção de valor, justificando o advento das normas:

Em tais condições, no período atual, a ‘organização’ das ‘coisas’ passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental (SANTOS, 1996, P. 228).

As normas surgem, portanto, como um elemento de organização. Englobando todos os tipos de leis (legislação), mas não se restringindo a elas, as normas estão presentes também dentro das empresas, definindo seus modelos organizacionais; No âmbito estatal, determinam a fluidez de bens, informações e agentes, bem como a porosidade do território, esta definida por Arroyo (2015) como uma qualidade dos territórios de ampliar ou minimizar sua vinculação com o exterior a partir de uma base institucional e normativa.

Silveira (1999, p. 243) define normas como “conjuntos em movimento que evoluem incorporando [outras] normas modernas, as quais significam empecilhos e oportunidades para os diversos agentes no território”. No entanto, estas novas normas se apresentam como oportunidades apenas para os agentes hegemônicos, que conseguem se adaptar, reconsiderar

ações e decisões, e possuem flexibilidade e fluidez. Os agente não-hegemônicos, por sua vez, enfrentam rigidez e sofrem a imposição de ações.

Identificamos neste trabalho algumas das principais leis (e reiteramos aqui, apenas um dos tipos de normas) em âmbito estadual e nacional que perpassaram a industrialização de Anápolis. O estado já possuía uma política bastante tímida de incentivo à indústria, mas isso muda em 1984, com o programa Fomentar, instituído pela lei nº 9.489, de 1984, que previa o financiamento de até 70% do ICMS devido por ano da empresa beneficiária, a ser pago em até 10 anos (GOIÁS, 1984). O Fomentar teve um papel fundamental na consolidação do DAIA, visto que este só começou a ser efetivamente ocupado na década de 1980, quando o programa estava em vigência.

Na busca por uma legislação mais “moderna”, que abarcasse empresas motrizes, como as automotivas, empresas de pequeno porte e empresas de logística (houve a criação de subprogramas para estes setores), é sancionada em 2000 a lei nº 13.591, instituindo o programa Produzir, que financia até 73% do ICMS de grandes empresas, e até 90% para pequenas empresas, com pagamento até 15 anos após o fim da adesão ao programa (GOIÁS, 2000).

Por fim, é inaugurado em 2020 o ProGoiás, a partir da lei nº 20.787. Neste programa, não há mais financiamento do imposto devido. O crédito é outorgado diretamente ao beneficiário, sem financiamento. Os beneficiários têm direito a até 67% do ICMS devido como crédito outorgado, e cada empresa se cadastra por três anos no programa, prazo que pode ser prorrogado sem limite de tempo (GOIÁS, 2020). A recente implementação dificulta uma análise mais aprofundada de seus efeitos.

O histórico de programas de incentivo criados pelo governo estadual para atração de capital, assim como a instalação de infraestrutura, acompanhou a instalação de indústrias em Anápolis, bem como as mudanças em sua estrutura produtiva. A cada nova versão da política estadual de benefícios fiscais, maiores as especificidades da legislação, buscando abarcar os setores mais robustos ou de crescimento estratégico, havendo também divisões por porte de empresa. Associados aos dois períodos de maior crescimento no número de indústrias estão o Fomentar e o Produzir. O primeiro, de 1984, foi fundamental para a consolidação do DAIA e para a chegada das primeiras farmacêuticas. O segundo, de 2000, teve ligação direta com a instalação de outras farmacêuticas, do grupo CAO, e de empresas especializadas em logística.

Levando-se em consideração os objetos e as normas avaliados até aqui, pode-se dizer que o município, assim como o estado de Goiás, participam agressivamente do que Santos (2002) chama de “guerra dos lugares”, caracterizada pela oferta local ou regional de benefícios e de melhores condições de circulação de mercadorias e capitais, atraindo capitais para uma porção do território em detrimento de outras, enquanto há uma perda global de arrecadação na escala da união. Coincidentemente ou não a este processo, é aprovada em 1999 a lei nacional nº 9.787, de 10/02/1999, que regulamenta a produção de medicamentos genéricos no Brasil (BRASIL, 1999). Associada ao quadro técnico e normativo local, a lei dos genéricos surge justamente antes do crescimento vertiginoso do setor de química na cidade, conforme indicam as tabelas apresentadas. Nestas últimas décadas, viu-se que as maiores plantas industriais instaladas na cidade são especializadas justamente na produção de medicamentos genéricos, de menor valor agregado quando comparados a outros tipos de medicamentos.

É importante, neste sentido, acompanhar o desenvolvimento do novo programa de incentivos estadual, e a quais setores ele mais beneficia hoje e no futuro. De acordo com Silveira (1999), há uma constante e permanente reconstrução de normas e formas organizacionais sob o ritmo de ações presentes. Há sempre um futuro na intencionalidade das ações a ser materializado nas normas, mas a partir do momento em que se empiriciza, tornado forma, cristaliza necessidades e funções pretéritas e torna-se passado. Observa-se, nos casos apresentados aqui, essa constante atualização de objetos e normas, com inovações técnicas e organizacionais desenvolvidas a cada vinte anos, em média.

Quanto mais as ações e os objetos são impostos ao lugar por uma lógica que lhe é externa, ligada a outros mercados e à produção de mais-valia em escala mundial, maior a força que possuem de implantação e organização do território, uma vez que é aliena o funcionamento do lugar a esta produção voltada para fora. Arroyo (2015) corrobora com esta discussão ao dizer que os territórios mais bem equipados tendem a ter uma produtividade maior, e portanto passam a ser disputados pelos atores. O uso deste território específico será definido, então, pela hierarquia dos atores e seus projetos, combinados à hierarquia dos territórios e seus equipamentos. Quanto maior a posição na hierarquia, portanto, maiores e mais frequentes serão o usos. Conseqüentemente, maior também é o controle sobre o território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações e discussões aqui apresentadas, consideramos que Anápolis passou por um processo de reestruturação produtiva, seguindo os moldes e conceitos trabalhados por Gomes (2011). Houve na cidade uma mudança radical nos setores dominantes da produção a partir da década de 1990, consolidando-se na década de 2010 e se especializando na produção do setor químico, especialmente na produção de medicamentos. Além disso, observamos também, assim como nas cidades médias paulistas analisadas pela autora, que enquanto alguns setores de maior valor agregado aumentavam sua participação na produção industrial, setores mais tradicionais, de baixa complexidade, perdiam espaço. Contudo, nem todos eles tornaram-se insignificantes.

Há, ainda hoje, boa participação na indústria do setor de alimentos e bebidas, por exemplo, ou do setor têxtil, ainda que mais tímido. Assim, observa-se tensões, surgimentos, rupturas e reduções nos setores, assim como abertura de novas unidades, compras e fusões, falências, entre outros, na escala das firmas. A reestruturação aparece, conforme indica Lencioni (1999), como movimento permanente e dinâmico, em que o novo e o velho inevitavelmente convivem, não apenas em relação ao tempo de instalação e tipo de setor, mas também ao modelo de produção e organização da força de trabalho interno às empresas, havendo, conforme Gomes (2007), uma “mistura” contraditória entre fordismo e modelo flexível de produção.

Retornando a Santos (1996), quanto mais os lugares se inserem na lógica da globalização, mais eles se especializam. O crescimento do número de estabelecimentos e funcionários de setores como o de química e material de transporte, em detrimento de outros, indica esta tendência no município. Dialeticamente, enquanto resultado e pressuposto para a instalação de indústrias, os objetos e normas técnicas foram instalados no território goiano e anapolino à medida em que a indústria desenvolvia e se especializava, nos últimos vinte anos.

Compreender os processos que levaram à instalação destes objetos, bem como à produção das normas, implica também em compreender os usos e hierarquias que são feitos no território. Quanto mais hegemônico é um agente, maior a sua capacidade de conseguir suas demandas junto ao estado, seja para o transporte, a produção propriamente dita ou os custos financeiros associados. Quanto mais faz circular bens, capitais, informações, maiores são usos que se fazem destes objetos e, conseqüentemente do próprio território.

Levando em consideração os diálogos realizados com os atores, quem controla os fluxos, controla o território. Compreender a forma como o quadro atual do município foi constituído nos permite também perceber as tendências, bem como propor ações mais justas, voltadas à população local, e não à realização ampliada de valor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTT - Agência Nacional dos Transportes Terrestres. **Anuário CNT do Transporte 2020:** estatísticas consolidadas. 2020. Disponível em: <https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2020/Inicial>. Acesso em: maio de 2022.
- ARROYO, Mónica. “Redes e circulação no uso e controle do território”. In: ARROYO, Mónica e CRUZ, Rita (Orgs.). **Território e Circulação**. A dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume, 2015, p. 37-50.
- BARROS, César. F., & SILVA, Rusvênia. L. R. B. da. (2021). Dos vagões ao asfalto: poder local e uso do território em Anápolis/GO (1936-1976). **Revista Campo-Território**, 15(38 Dez.), 228–256. <https://doi.org/10.14393/RCT153809>
- BRAGA, Vanderlei. **Logística e uso do território brasileiro:** tipologia e topologia de nós logísticos e o projeto da Plataforma Multimodal de Goiás (PLMG). 2013. 255 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, 2013.
- BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 fev. 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília: 1985-2020. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em maio de 2022.
- GOIÁS. Lei nº 9.489, de 19 de julho de 1984. Cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 31 jul. 1984.
- GOIÁS. Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000. Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 20 jan. 2000).
- GOIÁS. Lei nº 20.787, de 03 de junho de 2020. Dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/2017, de 15 de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 03 jun. 2020.
- GOMES, Maria T. S.. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista:** Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-23102007-142027. Acesso em: 2022-05-27.

- GOMES, Maria. T. S.. O debate sobre a Reestruturação Produtiva no Brasil. **Ra'e ga** (UFPR), v. 21, p. 51-77, 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: 1950**, Estado de Goiás. Série Regional, Volume XXX, Tomo 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em maio de 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial de 1960, Mato Grosso - Goiás**. Série Regional, Volume III, Tomo VIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em maio de 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial de 1970, Goiás**. Série Regional, Volume IV, Tomo XXIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em maio de 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial de 1980, Goiás**. Série Regional, Volume 3, Tomo 2, Parte 1, Número 25. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em maio de 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Versão 2.0 - Introdução**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Introducao.pdf. Acesso em maio de 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada em 2021**: Anápolis. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/anapolis/panorama>. Acesso em maio de 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS: Metadados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>. Acesso em maio de 2022.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação. Uma Noção Fundamental para o Estudo das Transformações e Dinâmicas Metropolitanas. In: VI Encontro de Geógrafos da América Latina, 1998, Buenos Aires. **Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina**, 1998.
- POLONIAL, Juscelino M. **Anápolis nos tempos da ferrovia**. ANAPÓLIS: Kelps, 2011. 78 p.
- RIBEIRO, Idelmar da Silva. **O arranjo produtivo local farmacêutico de Goiás** : as empresas do Distrito Agroindustrial de Anápolis (GO), 2000 a 2016. 2018. 162f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2018.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **O país distorcido**: O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo, SP: Publifolha, 2002. 221p.
- SANTOS, Oyana R. **A Política de industrialização em Goiás com os distritos agroindustriais - DAIA (1970-90)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Socioambientais. Goiânia: IESA/UFG, 1999.
- SILVEIRA, M. L.. **Um país, uma região**. Fim de século e modernidades na Argentina. 1ª. ed. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN, 1999. 486p.